



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

**ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**  
**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**  
**MGF MINERAÇÃO GRANITO FRIGURBO LTDA - EPP**  
**CNPJ: 39.533.583/0001-51**



**PERÍODO DA AÇÃO:** 20/10/2015 a 30/10/2015

**ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:** EXTRAÇÃO DE GRANITO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO.

**CNAE PRINCIPAL:** 0810-0/02

**SISACTE Nº:** 2286

**OPERAÇÃO Nº:** 81/2015



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

## ÍNDICE

<b>A)</b>	<b>EQUIPE</b>	<b>03</b>
<b>B)</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR FISCALIZADO</b>	<b>05</b>
<b>C)</b>	<b>DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO</b>	<b>06</b>
<b>D)</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO RURAL E ATIVIDADE ECONÔMICA DO EMPREGADOR</b>	<b>07</b>
<b>E)</b>	<b>RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS</b>	<b>07</b>
<b>F)</b>	<b>AÇÃO FISCAL</b>	<b>07</b>
<b>G)</b>	<b>IRREGULARIDADES CONSTATADAS</b>	<b>13</b>
<b>H)</b>	<b>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GEFM</b>	<b>14</b>
<b>I)</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>14</b>
<b>J)</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>17</b>



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

**A) EQUIPE**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
COORDENAÇÃO**

[REDACTED]

**AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO DO DETRAE**

[REDACTED]

**AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO DA SRTE/RJ**

[REDACTED]

**AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO DA GRTE – NOVA FRIBURGO/RJ**

[REDACTED]

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

[REDACTED]

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

[REDACTED]

[REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

**DEFENSORIA PÚBLICA FEDERAL**

[REDACTED]

**MOTORISTAS**

[REDACTED]

**POLÍCIA FEDERAL**

[REDACTED]

1.

[REDACTED]

[REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

[REDACTED]

**POLÍCIA CIVIL - CFAE**

[REDACTED]

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL**

[REDACTED]

**B) IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR FISCALIZADO**

**EMPREGADOR:** MGF MINERAÇÃO GRANITO FRIGURBO LTDA - EPP

**CNPJ/CPF:** 39.533.583/0001-51

**CNAE:** 0810-0/02 - EXTRAÇÃO DE GRANITO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO.

**ENDEREÇO:** FAZENDA SIMPATIA, S/N -2º DISTRITO – CENTRO, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/RJ, CEP 28.660-000.

**LOCAL DOS SERVIÇOS:** FAZENDA SIMPATIA, S/N -2º DISTRITO – CENTRO, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/RJ, CEP 28.660-000.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

**C) DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO**

<b>Empregados alcançados</b>	<b>51</b>
<b>Registrados durante ação fiscal</b>	<b>00</b>
<b>Resgatados – total</b>	<b>00</b>
<b>Mulheres registradas durante a ação fiscal</b>	<b>00</b>
<b>Mulheres resgatadas</b>	<b>00</b>
<b>Adolescentes (menores de 16 anos)</b>	<b>00</b>
<b>Adolescentes (entre 16 e 18 anos)</b>	<b>00</b>
<b>Trabalhadores estrangeiros</b>	<b>00</b>
<b>Trabalhadores estrangeiros registrados na ação fiscal</b>	<b>00</b>
<b>Trabalhadores estrangeiros resgatados</b>	<b>00</b>
<b>Trabalhadores estrangeiros – mulheres resgatadas</b>	<b>00</b>
<b>Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (menores de 16 anos)</b>	<b>00</b>
<b>Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (entre 16 e 18 anos)</b>	<b>00</b>
<b>Guias de seguro desemprego do trabalhador resgatado</b>	<b>00</b>
<b>Valor bruto das rescisões</b>	<b>00</b>
<b>Valor líquido recebido das verbas rescisórias</b>	<b>00</b>
<b>Valor dano moral individual</b>	<b>00</b>
<b>Valor dano moral coletivo</b>	<b>00</b>
<b>FGTS mensal recolhido no curso da ação fiscal</b>	<b>00</b>
<b>Nº de autos de infração lavrados</b>	<b>01</b>
<b>Termos de apreensão de documentos</b>	<b>00</b>
<b>Termos de devolução de documentos</b>	<b>00</b>
<b>Termos de interdição lavrados</b>	<b>00</b>
<b>Termos de suspensão de interdição</b>	<b>00</b>
<b>Prisões efetuadas</b>	<b>00</b>
<b>CTPS emitidas</b>	<b>00</b>



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

#### **D) LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO E ATIVIDADE ECONÔMICA DO EMPREGADOR**

As atividades desenvolvidas eram o desmonte de rochas minerais para extração de granito com utilização de massa expansiva e moldagem manual das rochas em paralelepípedos e lajotas.

A exploração de pedras na região é formada por arrendadores (proprietários de terras), exploradores (empregadores) e atravessadores (intermediários da venda de pedras).

A exploração é realizada na sede da empresa, localizada na FAZENDA SIMPATIA, S/N - 2º DISTRITO – CENTRO, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/RJ, CEP 28.660-000. A empresa foi representada pelo seu sócio [REDACTED]

#### **E) RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS**

	Nº do AI	Ementa	Capitulação	Descrição Ementa
1.	208190988	107066-5	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 7.4.2, alínea "b", da NR-7, com redação da Portaria nº 24/1994.	Deixar de realizar, no exame médico ocupacional, exames complementares, de acordo com o disposto na NR-7.

#### **F) AÇÃO FISCAL**

Em cumprimento ao planejamento de fiscalização da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo (DETRAE/DEFIT/SIT), o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) deslocou-se na tarde do dia 20/10/2015 da cidade de Rio de Janeiro/RJ até cidade de Nova Friburgo/RJ, a fim de verificar o cumprimento da legislação trabalhista e das normas de segurança e saúde no trabalho nas pedreiras localizadas entre os



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

municípios de Bom Jardim e Nova Friburgo – na região conhecida como AMPARO/LARANJAL RONCADOR.

A ação fiscal fazia parte da operação conjunta “Pedras no caminho”, promovida pelo Ministério Público do Trabalho juntamente com demais instituições acima identificadas. A equipe era composta por: 14 Auditores-Fiscais do Trabalho - dos quais 07 eram integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), 05 da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro (SRTE/RJ), 02 da Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Nova Friburgo/RJ (SRTE/RJ); 01 Procurador do Trabalho; 02 servidores do MPT de Nova Friburgo/RJ; 01 Procurador da República; 01 Defensor Público Federal; 02 Delegados da Polícia Federal; 04 integrantes do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Escrivãos e Agentes da Polícia Federal; e, Agentes da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Na tarde do dia 20/10/2015, realizou-se uma reunião preparatória entre os integrantes dos órgãos participantes da operação. Nessa reunião foi apresentado o mapa da operação e foram discutidas: a forma de atuação das forças policiais, a comunicação entre os órgãos participantes, a divisão de equipes e outras peculiaridades da operação. Na ocasião, os membros de cada instituição participante foram divididos em 07 (sete) equipes – [REDACTED] Cada equipe ficaria responsável pela fiscalização do(s) respectivo(s) alvo(s) indicado(s) pelo MPT, considerando a necessidade de abrangência de maior número de empregadores ao mesmo tempo.

Na manhã do dia 21/10/2015, as equipes se reuniram no Ginásio do SESI local, onde foram repassadas as orientações finais a respeito da operação.

A equipe [REDACTED] seria a responsável pela fiscalização das empresas “M. Portella” e “A. Portella”, identificados pelo MPT como alvos 10 e 11, respectivamente.

Logo após a reunião, a equipe “Foxtrot” seguiu ao local indicado no levantamento feito pelo MPT. Naquele local, foram encontrados os trabalhadores que foram entrevistados pela Auditoria Fiscal.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

Depois de entrevistarmos os trabalhadores, retornamos à base apoio da operação – PCC, onde o empregador foi notificado através do Livro de Inspeção do Trabalho.

As fotos abaixo demonstram detalhes da ação fiscal.

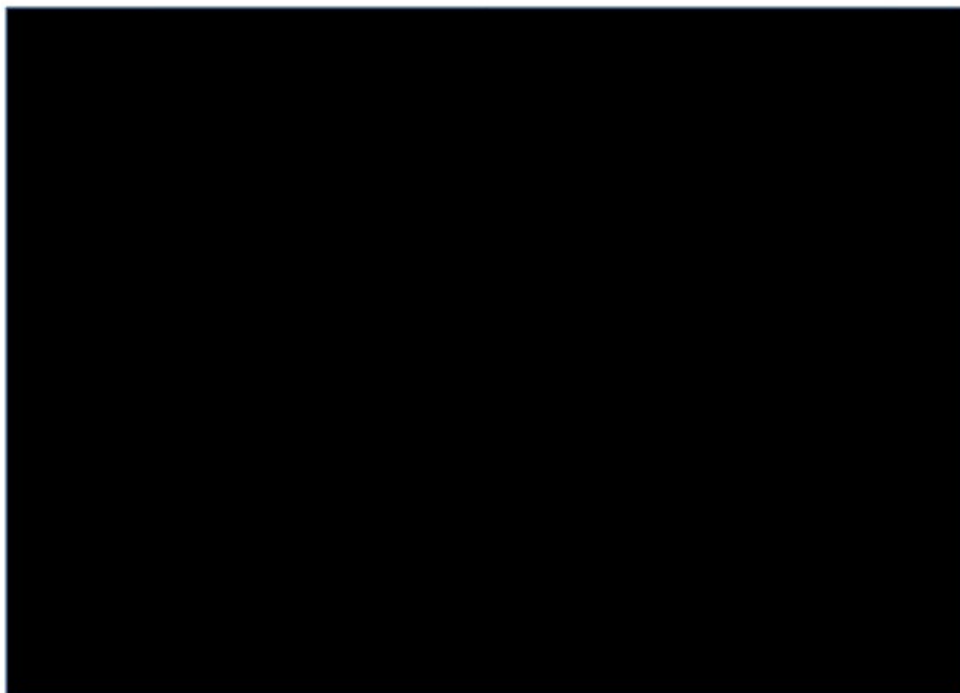


Foto 01: Reunião inicial ação

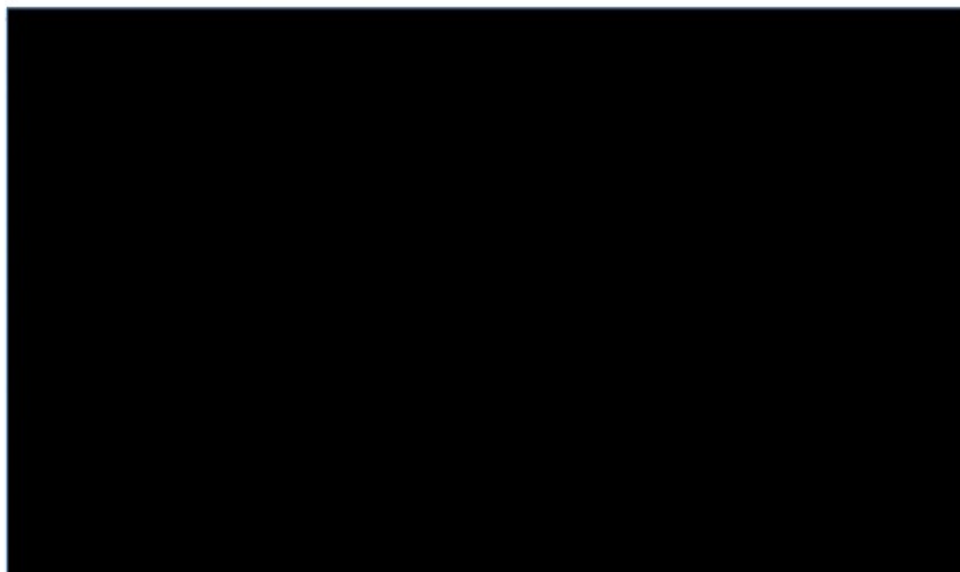
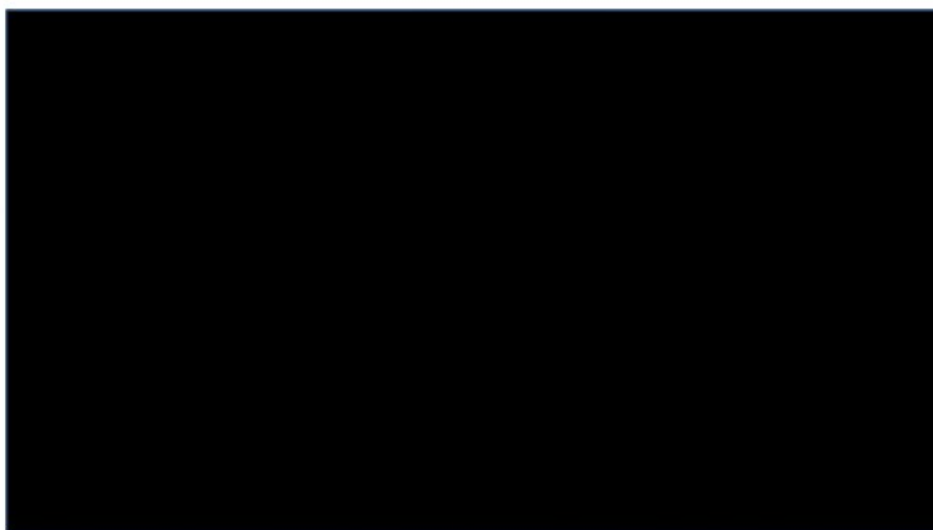
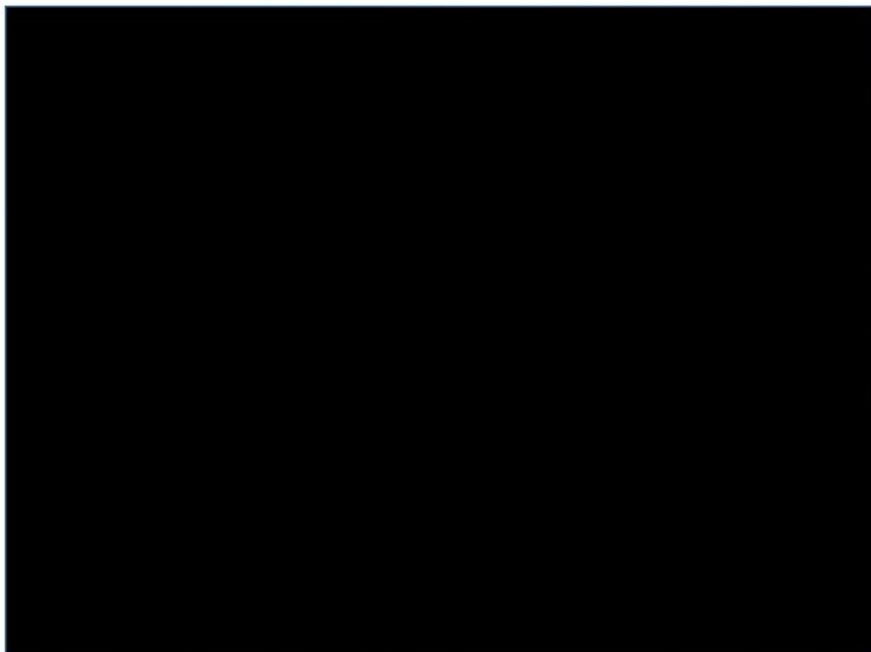


Foto 02: Organização das equipes





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM



Fotos 03 e 04: Reunião com as equipes no ginásio - SESI





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

As fotos abaixo demonstram detalhes do local inspecionado.

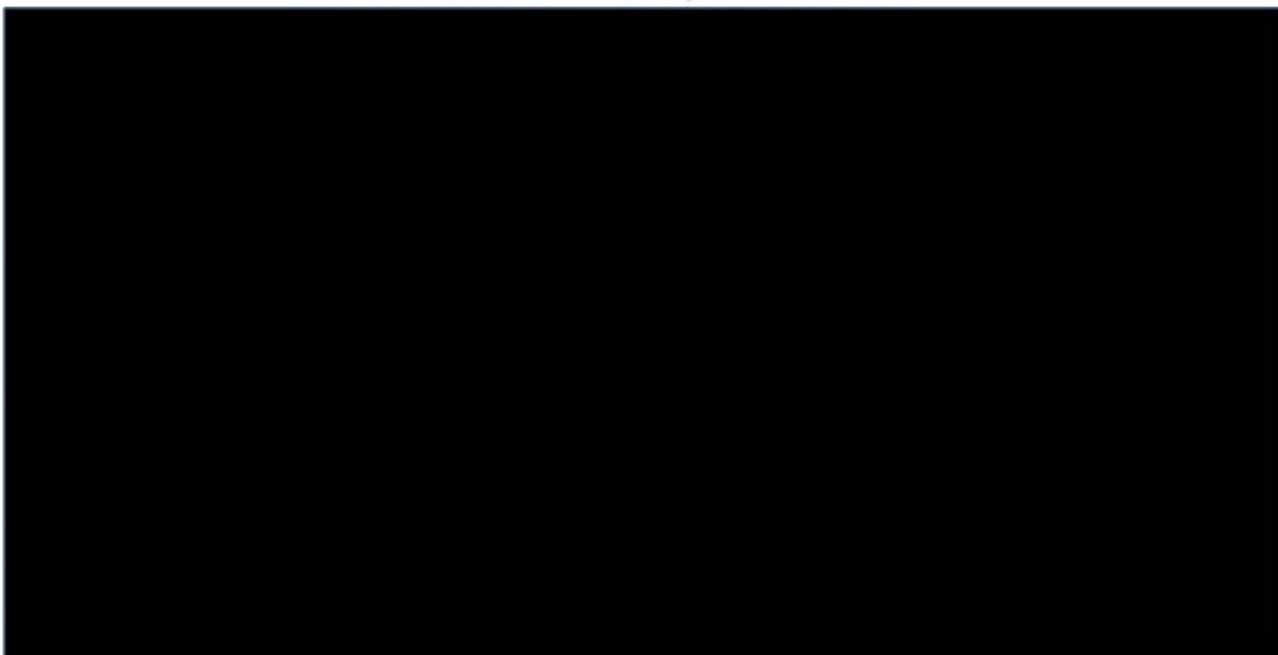


Fotos 05 a 08: Frentes de trabalho.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM



Fotos 09 e 10: Trabalhadores em atividade.

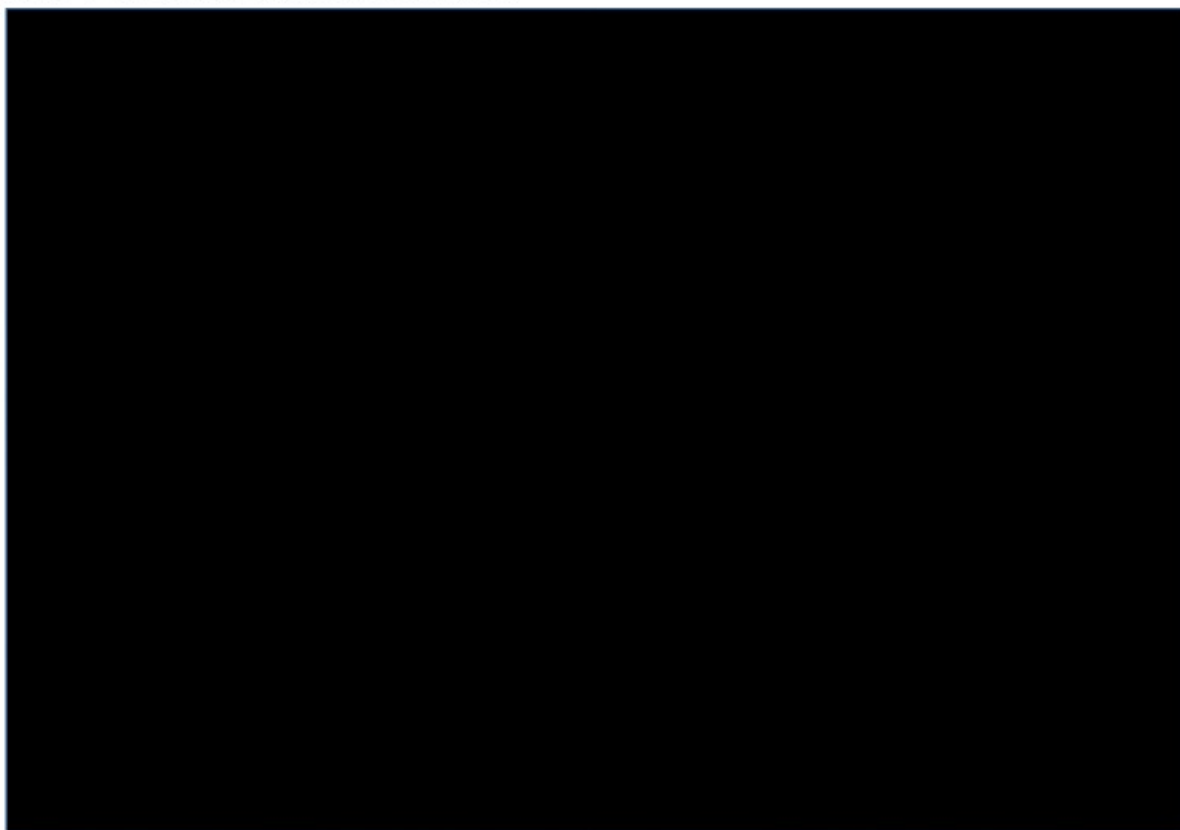


Foto 11: Área de vivência.







MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

## G) IRREGULARIDADES CONSTATADAS

A situação irregular constatada durante a fiscalização, após análise documental e entrevistas com os trabalhadores, motivou a lavratura de 01 (um) auto de infração em desfavor do empregador (cópia em anexo). Abaixo segue a descrição da irregularidade constatada:

**1. Deixar de realizar, no exame médico ocupacional, exames complementares, de acordo com o disposto na NR-7.**

Na análise dos documentos apresentados pela empresa, especialmente os Atestados de Saúde Ocupacionais Admissionais e Periódicos, verificamos que não vem sendo realizados os exames complementares de acordo como previsto no PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Em sua programação para a função de Cabouqueiro o PCMSO prevê a realização dos seguintes exames complementares : a) Eletrocardiograma; b) Hemograma Completo; c) RX do Tórax e d) Espirometria. Ressalte-se que estes trabalhadores, como os demais que realizam esta atividade de extração de pedras e confecção de lajotas e paralelepípedos, estão expostos a riscos à sua saúde decorrentes de exposição à poeira respirável contendo sílica (SIO<sub>2</sub>), que pode causar silicose. Tal condição torna indispensável um acompanhamento médico minucioso destes trabalhadores. Citamos exemplificativamente, dentre todos os trabalhadores da empresa: [REDACTED]

[REDACTED] Para estes trabalhadores, como para os demais trabalhadores da empresa não foram realizados nenhum desses exames complementares, ainda que previstos na página 4 do PCMSO.

Feitas estas considerações, concluímos que as circunstâncias narradas caracterizam infração aos termos do Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 7.4.2, alínea "b", da NR-7, com



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

redação da Portaria nº 24/1994, conforme demonstrado no Auto de Infração anexado ao presente relatório.

#### H) PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GEFM

No mesmo dia da inspeção, dia 21/10/2015, o empregador foi notificado por meio do Livro de Inspeção do Trabalho (cópia em anexo) a apresentar na Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Nova Friburgo/RJ, localizada na Rua Francisco Miele, nº 17, Centro, Nova Friburgo/RJ às 09:30 horas, do dia 23/10/2015, os documentos nela assinalados.

No dia 23/10/2015, foram apresentados os documentos inicialmente solicitados.

Nesta oportunidade, o empregador foi notificado a comparecer no dia 27/10/2015 às 10h no local supracitado, a fim de receber orientações finais a respeito da ação fiscal

No dia 27/10/2015, foi entregue ao empregador 01 (um) auto de infração lavrado e Termo de Notificação nº 23102015. A cópia do auto de infração e do Termo de Notificação emitidos e entregues ao empregador constam em anexo.

#### I) CONCLUSÃO

Durante a inspeção realizada nas frentes de trabalho, verificamos *in loco* que as condições de trabalho, **NÃO** caracterizavam, para os trabalhadores encontrados, situação degradante ao ponto de configurar **trabalho análogo a escravo**.

Em que pese não se ter configurado o trabalho análogo a escravo, algumas situações devem ser destacadas em razão das irregularidades encontradas e considerando a abrangência da atividade de exploração de pedras na região conhecida como AMPARO/LARANJAL RONCADOR.

Estima-se que atualmente cerca de 300 cabouqueiros trabalhem na extração de pedras para diferentes exploradores, sem registro e em condições precárias nessa região.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

Primeiramente, destaca-se a questão dos trabalhadores na qual se deve atentar ao fato de que a contratação destes há de ser precedida de todas as formalidades legais, sendo obrigatória a obtenção de Carteira de Trabalho e Previdência Social e o registro do contrato de trabalho, não se olvidando de todas as obrigações trabalhistas, securitárias e fundiárias decorrentes.

Assim, a contratação de trabalhadores implica no cumprimento de uma série de formalidades e condições que se não observadas e cumpridas poderão provocar desagradáveis e onerosas implicações aos empregados, conforme já exposto no presente relatório.

Destacam-se ainda os riscos advindos da própria atividade de exploração de pedras, entre os quais citamos, exemplificadamente:

- Riscos de natureza física (ruído - provocado pelo impacto das ferramentas na rocha; fragmentos de rocha - desprendidos durante os impactos das ferramentas na rocha; acidentes - como quedas dos trabalhadores de alturas e esmagamento de partes de corpo, como pés, dedos e mãos, ou mesmo do corpo todo devida movimentação dos pedaços de rocha cortados e não estabilizados no local);
- Riscos de natureza ergonômica (postura inadequada de trabalho, movimentos repetitivos e levantamento de cargas);
- Riscos de natureza química (poeira sílica desprendida das pedras durante seu corte com ferramentas manuais ou explosões).

Considerando a questão da informalidade, das irregularidades de saúde e segurança encontradas e os riscos supracitados que afetam a massa de trabalhadores que participam direta ou indiretamente da atividade ora fiscalizada e ponderando ainda a ocorrência de situação reiteradamente irregular, inclusive com diversas ações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, bem como outros órgãos federais, conclui-se que os empregadores que exploram a atividade de extração de pedras nas áreas localizadas entre os





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

municípios de Bom Jardim e Nova Friburgo – na região conhecida como AMPARO/LARANJAL RONCADOR - devem ser objeto de constante **monitoramento** do Ministério de Trabalho e Previdência Social e de instituições parceiras a fim de garantir que os empregadores envolvidos estejam em conformidade com a legislação trabalhista e de segurança do trabalho e saúde ocupacional, para prevenir ou minimizar a ocorrências de acidentes do trabalho e/ou problemas de saúde ocupacional, e reduzir suas conseqüências.

É o relatório.

Brasília/DF, 10 de novembro de 2.015.



Auditora-Fiscal do Trabalho

CIF